

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E LÓGICAS DE POVOAMENTO: UM OLHAR AMBIENTAL¹

Roberto Luís de M. Monte-Mór

Introdução

Este trabalho busca um olhar ambiental sobre alguns aspectos das relações cidade-campo, das articulações metrópole-região e das lógicas de povoamento que marcam os tempos-espacos contemporâneos. Algumas perguntas amplas, mas centrais, orientam a reflexão: o que vem mudando nas lógicas de assentamento e povoamento? Até que ponto as mudanças observadas são fruto da metropolização? No contexto dos "pós-ismos" do limiar do século XXI, como as relações cidade/campo e metrópole/região estão pedindo para serem perguntadas? Qual é o "novo" que está querendo nascer? O trabalho não pretende responder a essas perguntas, evidentemente, mas apenas alinhar alguns pontos de reflexão que possam orientar outras perguntas. Pressupõe, entretanto, que antes de tudo, precisamos (re)perguntar sobre as (novas) territorialidades que estão informando nossos olhares, e vivências e reflexões contemporâneas.

Em primeiro lugar, faz-se necessária uma digressão teórica sobre as relações industrialização-urbanização para clarear o ponto de vista adotado: *da urbanização extensiva na periferia industrial*. Segue-se uma discussão sobre a questão territorial nas periferias capitalistas - na região industrial e nas fronteiras - *vis-à-vis* alguns processos identificados nos países de centro, chamando-se atenção para aspectos de similitude e diferenciação. Num segundo momento, o trabalho levanta a questão ambiental nas suas dimensões urbana e metropolitana, discutindo implicações das dicotomias modernas com que se tem tradicionalmente trabalhado, e voltando-se principalmente para a necessidade de se repensar as distinções entre espaço natural e espaço construído, ou novamente, espaços urbano e rural, campo e cidade. A questão da cidadania que perspassa o trabalho é, então, a partir dessa perspectiva, revista e trazida para o debate.

Da industrialização e da urbanização extensiva

O principal conceito que orienta a compreensão da dinâmica contemporânea da organização do espaço social aqui apresentada é a idéia da *urbanização extensiva*. Estou derivando este termo a partir de Henri Lerebvre, no que ele chamou "zona urbana". Analisando a dicotomia urbano-rural nos países industrializados e focalizando suas implicações políticas - o "direito à cidade", ao espaço do poder e da cidadania; a vida cotidiana e suas lutas políticas espacializadas; a produção social do espaço em suas múltiplas implicações, incluindo a reprodução das relações de produção - Lerebvre propõe o

¹ Capítulo de livro publicado em SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181)

conceito de "zona urbana" referindo-se àquele estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando toda sua região de influência, provoca a ruptura da cidade (herdeira da "polis", da "civitas"), em duas partes relacionais: o *core*, o centro/núcleo urbano, resultante do processo de *implosão* do *locus* do poder, marca da antiga cidade; e o *tecido urbano*, a trama de relações sócio-espaciais que se estende à região resultante da *explosão* da cidade preexistente.

Citando Lerebvre: "El *tejido urbano* prolifera, se extiende, consumiendo los residuos de la vida agraria. Por *tejido urbano* no se entiende, de manera estrecha, la parte construida de las ciudades, sino el conjunto de manifestaciones dei predominio de la ciudad sobre el campo. Desde esta perspectiva, una residencia secundaria, una autopista, un supermercado en pleno campo forman parte dei tejido urbano. Más o menos denso, más o menos compacto y activo, solamente escapan a su influencia las regiones estancadas o decadentes, limitadas a la 'naturaleza'" (Lerebvre, 1972:10).

O que Lerebvre chama "zona urbana" é, portanto, o estágio da urbanização que se encontra para além dos limites da "cidade industrial", ainda que a englobando. Estende-se pelo espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições sócio-espaciais necessárias para a acumulação continuada. Estas condições são necessariamente urbano-industriais, nas suas formas sociais e espaciais.

A área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lerebvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano e alguns de seus subcentros, recriou o "core urbano" - concentração nodal do poder - e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano: distritos industriais, indústrias isoladas, comércio, serviços, bairros residenciais, cinturões agrícolas, áreas de lazer etc.

A unidade dialética *centro urbano-tecido urbano* expressa, de fato, a espacialidade do capitalismo tardio. Representa a extensão virtual da organização industrial a todas as partes do território penetrado pelo capitalismo; expressa a forma sócio-espacial daquele estágio no qual, segundo Mandel, não apenas os bens de consumo e de capital, mas também as matérias-primas e os alimentos - e o próprio espaço e a natureza, deveríamos acrescentar são industrialmente produzidos. Citando Mandel: "O *capitalismo tardio*, longe de representar uma 'sociedade pós-industrial', aparece então como o período no qual todos os ramos da economia estão totalmente industrializados pela primeira vez; ao qual poder-se-ia adicionar a mecanização crescente da esfera da circulação (com a exceção dos serviços puramente de reparos) e a mecanização crescente da superestrutura." (Mandel, 1987:191; traduzido do inglês pelo autor.)

A espacialidade de tal organização societal e econômica, gestada dentro e através da "sociedade burocrática de consumo dirigido" (na terminologia de Lerebvre), é necessariamente urbano-industrial. Urbana, como expressão da institucionalização promovida pelo Estado, e das várias formas de organização da sociedade civil; industrial,

como uma manifestação do estágio da própria acumulação capitalista. No seu conjunto, expressa as exigências do capitalismo tardio em termos das necessárias "condições gerais da produção".

A urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais - representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...

Das periferias: das indústrias e das fronteiras

A precariedade das condições gerais de produção na periferia industrial, ou "semiperiferia"², gerou, no mais das vezes, uma concentração metropolitana que vem sendo descrita há mais de duas décadas em diversos estudos sobre primazia urbana, migrações, processo industrial, entre outros temas correlatos. A expansão metropolitana que acompanhou a industrialização periférica resultou na superposição espacial de lógicas da produção e consumo, como de resto em todo o mundo capitalista, mas sua peculiaridade face ao centro capitalista repousava na concentração quase absoluta das condições de produção industrial (incluindo a reprodução coletiva da força de trabalho) nas áreas metropolitanas e nas cidades monoindustriais características da primeira fase de substituição de importações. A recente extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais e nacionais e a própria transformação dessas condições em função da dita terceira revolução tecnológica (das comunicações e da informação) criaram as bases para a transformação espacial que vimos observando nos últimos 20 anos no Brasil.

Desde então a metrópole vem se derramando não apenas sobre as regiões circunvizinhas mas também sobre as periferias distantes. Cria padrões e externalidades que se impõem e se estendem, fazendo-se sentir em todo o espaço nacional. A metrópole brasileira, também caleidoscópica (Soja et al., 1985; Davis, 1990), tem repercussões e rebatimentos até mesmo na distante fronteira agrícola. Muitos dos processos urbanos hoje observados em Rondônia diferem apenas em grau e intensidade daqueles observados no centro das metrópoles brasileiras, ou nas áreas metropolitanas dos países industriais. De fato, os fragmentos da cidade metropolitana espalham-se por todo o território nacional, como já dizia Chico de Oliveira (1978) no famoso texto em que se propunha a colocar em pé o ovo de Colombo do processo de urbanização brasileira. O preço pago pela forma violenta e excludente desse processo intenso e rápido está ainda sendo cobrado da Nação.

² Para Wallerstein (1974, 1976) a semiperiferia é formada por países que ocupam uma "terceira posição estrutural" na divisão internacional do trabalho, com uma estrutura econômica interna onde o produto industrial supera 20% do PIB. A OECD chama NICs (newly industrializing countries) àqueles países cuja produção manufatureira representa pelo menos 25% do seu PIB e 50% das suas exportações (Lipietz, 1987). Aqui, periferia industrial refere-se aos países que, como o Brasil, participam cada vez mais intensamente, como produtores, do mercado mundial de produtos industrializados.

No entanto, também como resultado daquele processo de metropolização e urbanização extensiva, novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento vêm surgindo em todo o território nacional, do eixo Rio-São Paulo à fronteira agromineral da Amazônia. Suas articulações se dão de forma cada vez mais descontínua no espaço geográfico, levando-nos a (re)pensar em desterritorialização, ou mesmo na deslocalização de que falava Perroux (1967) décadas atrás. Assim, processos de produção e reprodução podem ser identificados em fazendas do sul do Pará ou em cidades, vilas, povoados, áreas de mineração e projetos de colonização no interior de Rondônia, envolvendo populações que emigraram de grandes áreas urbanas e metropolitanas do País.

De fato, já na década de 70 o quadro começava a se inverter em relação ao processo intensamente dicotômico que caracterizou as décadas anteriores. A substituição de importações, vista da ótica de um tecido urbano industrial que se implantava nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial produziu, segundo olhares dos países industrializados, "cidades de camponeses" (Roberts, 1978). Ali, práticas identificadas como rurais se superpunham à economia urbano-industrial em formação: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio dominando relações e controles sociais; relações de produção pré-capitalistas coexistindo com relações (sub)assalariadas marcando uma inserção particular na economia urbana.

Por outro lado, a partir já da segunda etapa de substituição de importações inaugurada no período Kubitschek, a tentativa de implantação de um fordismo periférico nos países da periferia semi-industrializada - e no Brasil - cuida de estender as condições de produção a todo o espaço nacional. Essa expansão territorial produziu um espaço urbano-industrial extensivo – a urbanização extensiva que hoje no Brasil atinge até mesmo a floresta amazônica, região quase inexpugnável para os padrões de produção do espaço habitado prevalentes antes do salto qualitativo da construção civil de base juscelinista que tem em Brasília seu símbolo.

O "desenvolvimentismo" militar, promovendo a ocupação da Amazônia com migrantes de quase todo o País - campo e cidades do Nordeste; do campo urbanizado às metrópoles "de camponeses" do Sul! Sudeste -, gerou sua contrapartida nas "florestas de urbanitas".

De fato, as novas formas urbanas e/ou protourbanas - assim metodologicamente chamadas em estudos de campo em Rondônia e no sul do Pará (Monte-Mór, 1988, 1989) - não diferem, na sua essência, das formas que Allen Scott (1988) identificou como protourbanas em Orange County, no Sul da Califórnia, ou que Ed Soja (1990), sem assim nominá-las, descreve para a área de Los Angeles. As formas protourbanas, seja na fronteira de recursos da Amazônia, seja na fronteira tecnológica da Califórnia, representam a mesma dinâmica que constitui "o fulcro geográfico do processo urbano no capitalismo (...) [ditado por] processos de produção espacialmente convergentes ligados através de extensivas redes de relações transacionais" (Scott, 1988:60). Aqui e lá, são protourbanas por serem manifestações incompletas do padrão urbano-industrial que caracteriza as vidas

contemporâneas nacionais e regionais³. Em ambos os casos, o binômio centro urbano-tecido urbano está por se consolidar. A intensidade das relações, a natureza das redes, a qualidade do espaço social e "natural" produzidos (e destruídos) pela dinâmica do capital (e do Estado seu aliado) são alguns dos elementos que marcam diferenças entre tais realidades aparentemente tão opostas, mas similares enquanto expressões de uma lógica comum.

Fragmentação, extensão, segmentação, involução... essas são algumas das hipóteses que orientam nosso olhar sobre as metrópoles e sobre a dinâmica da urbanização contemporânea. O que está se escondendo de novo por trás desse caleidoscópio fragmentar? Quais são alguns dos novos elementos e visões que vêm informando o novo olhar que podemos dirigir sobre o espaço socialmente produzido?

Da questão ambiental

Existe um certo consenso se formando em cima da hipótese - ou já será considerada um fato? - de que a questão e a consciência ambiental e ecológica⁴ vêm trazer transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade contemporânea. Entretanto, o impacto real dessa consciência crescente sobre o ambiente construído, em especial nas aglomerações metropolitanas, deixa ainda muito a desejar. As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea - seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos - as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais.

A qualidade de vida - com suas implicações sobre o resgate do valor de uso do espaço urbano e do sentido social da propriedade - aparece ainda por demais timidamente nos debates urbano-ambientais nestes tempos de crise econômica. De fato, o sentido mercantil dominante da produção e organização do espaço no capitalismo, expresso no valor de troca imputado ao solo (urbano, no caso), se agudiza em tempos de crise quando a reserva de valor se impõe como artifício de acumulação e sobrevivência, acentuando seu caráter de elemento central na reprodução das relações sociais de produção e do próprio capitalismo (Lerebvre, 1976). O acesso ao solo urbano, ao bem de produção "espaço urbano", entretanto, fortalece o sentido do valor de uso, o qual se impõe crescentemente na

³ Entretanto, considere-se que de fato os padrões urbano-industriais referenciais do Sul da Califórnia e os da Amazônia apresentam distinções consideráveis em forma e conteúdo. Assim, processos incompletos diversos podem representar formas espaciais bastante distintas, apesar das inúmeras identidades formais encontradas.

⁴ Há um debate sobre limites e diferenças implícitos nos termos ecologia e meio ambiente. Este não é o espaço para tal discussão, mas cabe apenas afirmar que, aqui, a noção de meio ambiente tem abrangência comparável à noção de espaço social, incluindo necessariamente a sociedade, a economia, a política e a própria ecologia entre os aspectos que o conformam. De outra parte, a ecologia, tomada para além dos limites disciplinares, transcende os limites histórico-geográficos imediatos, podendo corresponder-lhe então espacialidades e condições ambientais múltiplas (assim como acontece com a economia, a política etc.).

medida em que garante a inserção das populações pobres na *economia popular urbana* voltada, principalmente, para a reprodução⁵. Também nas camadas ricas da população onde a garantia da reprodução ampliada já permite digressões, o valor de uso do espaço urbano tem ganhado importância crescente no resgate do conceito e nas restrições que tal resgate sugere sejam impostas à dinâmica da valorização do espaço social.

Entretanto, mesmo no contexto mutável contemporâneo, onde a qualidade ambiental ganha importância crescente, questões como a existência e a penetração de "manchas de espaço natural" e seus possíveis efeitos sobre a qualidade de vida urbana mesmo questões ligadas à biodiversidade, não têm merecido um maior esforço de compreensão, questionamento e equacionamento de políticas públicas. Os ecólogos e ambientalistas parecem ter dificuldades em pensar a ecologia e a biodiversidade a nível do ambiente construído. Perguntas do tipo "qual o impacto e eventual benefício da existência de uma área do tipo 'Floresta da Tijuca' no interior do tecido urbano para a conservação da biodiversidade a nível regional?" encontram resistências, tanto no domínio das Ciências Sociais quanto das Ciências Ecológicas.

As possibilidades de pensar a diversidade cultural e biológica no contexto metropolitano e da urbanização extensiva parecem, no entanto, imensas. Mas estamos de tal forma imersos nas nossas crises urbanas - da cultura, da ordem e da lei, do poder constituído, do consumo e da reprodução, da própria produção e sua realização, do conhecimento, enfim, as múltiplas manifestações da crise civilizatória contemporânea - que virtualidades integradoras da natureza e do hábitat humano parecem ainda quase impensáveis. Questões como a integração cidade-campo e as relações cidade/região ainda não freqüentam, com a devida importância, o universo das preocupações ambientalistas, apesar de um certo consenso de que aí repousa um aspecto central da questão ambiental contemporânea.

De fato, a dicotomia do período moderno se mantém: os cientistas sociais pensam o espaço construído, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica social, ou o espaço transformado, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica natural a partir da intervenção de processos sociais. Os ecólogos, por sua vez, pensam apenas os espaços naturais, aqueles cuja reprodução e regeneração se centram nos processos biológicos⁶. Os espaços urbano-metropolitanos permanecem como espaços mortos, ao nível das ciências ambientais e ecológicas. Caberia então perguntar a partir de que ponto o espaço pode ou deve ser considerado morto? Diante do avanço tecnológico na própria produção da natureza, quando e como podem esses espaços serem ressuscitados? Apenas os espaços "naturais" (re)construídos, como a Floresta da Tijuca, ou aqueles preservados, como O Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte? Ou poder-se-ia pensar em uma outra ecologia

⁵ Coraggio (1991: 335) define por *economia popular* en una primera aproximación, el conjunto de recursos, prácticas y relaciones económicas propias de los agentes económicos populares de una sociedad", Le., aquellos agentes que compõem unidades de reproducción [que] dependen de su propio fondo de trabajo (las capacidades conjuntas de trabajo de sus miembros)..." (Idem: 336)

⁶ A referência aos espaços "natural, transformado e social" é tomada de IbaIta et al., 1984.

metropolitana e urbana, um novo ambiente urbano a ser pensado, inventado, produzido a partir da fragmentação, da involução, da segmentação e da extensão?

Por outras ecologias metropolitanas?

A íntima relação entre a ecologia urbana e a questão ambiental não parece ter sido ainda de fato compreendida, mesmo que se aceite, como já dito, a importância crescente das concentrações metropolitanas e urbanas na desarticulação - imediata e distante - do equilíbrio natural global e de ecossistemas específicos. Há, entretanto, uma *ideologia ecológica* ligada ao *capitalismo ecológico*. como diz Carrión (1986: 193), que não apenas faz naturais as relações sociais, mas malthusianamente se volta contra a população e o migrante, enquanto contrapõe jardins nos altos prédios dos centros metropolitanos a um ruralismo mítico da volta à natureza, reificando a dicotomia ambiente natural-ambiente construído. Essa *interpretação naturalista da ecologia urbana* naturaliza a própria relação sociedade-natureza confundindo pobreza com deterioração ambiental, igualando a crise social e econômica à crise ambiental, muitas vezes culpando a vítima (Santos, 1990).

Alguns pontos parecem interessantes para se buscar enfoques contemporâneos para outras ecologias urbanas - ou metropolitanas. Uma das questões principais que se coloca diz respeito às mediações entre o nível micro da análise ligada aos aspectos da reprodução e da vida quotidiana, e as grandes questões ditas urbanas: habitação, alimentação, saneamento básico, transportes, serviços urbanos, poluição industrial, padrões de consumo etc.

A nível dos núcleos urbano-metropolitanos, os aspectos de saneamento aparecem como centrais em países, como o Brasil, onde o caráter incompleto da produção e organização do espaço social cria sérios problemas ambientais ligados à reprodução coletiva. Serviços sanitários precários ou inexistentes (água, esgoto, lixo) ameaçam o quotidiano das populações urbanas pobres, enquanto a disposição final dos resíduos (sólidos e líquidos) atinge o conjunto das áreas urbanas, suburbanas e espaços regionais. Soluções tradicionais têm-se mostrado ineficientes e onerosas, demandando altos investimentos públicos de um Estado há muito falido em sua capacidade de promover e administrar o bem-estar coletivo. Ademais, a altíssima densidade tendencial das áreas urbanas centrais dificulta possíveis soluções alternativas. Nesse sentido, é o próprio modelo territorial urbano e metropolitano que necessita ser revisto, em busca de alternativas múltiplas que garantam maior permeabilidade e integração entre o espaço natural e espaço social.

De outra parte, a tradicional fragilidade da sociedade civil brasileira só recentemente vem mostrando sinais de transformação no sentido de chamar a si um papel mais decisivo e atuante no enfrentamento dos seus problemas coletivos imediatos. Movimentos diversos nascidos no seio das sociedades urbanas, e expandidos através do tecido urbano por amplos territórios micro e macrorregionais têm, ainda que incipientemente, mostrado novas direções em busca da criação de maior base de autonomia, de diversidade sócioespacial

pela intensificação da relação com o meio ambiente, contribuindo para a construção de mediações entre as questões locais e a problemática ambiental e ecológica global.

No tecido urbano extensivo, as questões se prendem à forma e processos de transformação do espaço natural e transformado em espaço construído. Assumindo uma abordagem crítica aos padrões hegemônicos que marcaram períodos passados, a análise passa a se centrar nas diversas e múltiplas formas possíveis de produção e extensão do tecido urbano e seus impactos sobre o meio ambiente e condições de reprodução e conservação do espaço natural. Caberia identificar níveis e formas distintas de expansão do tecido urbano: loteamentos típicos de periferia onde a cobertura vegetal é destruída por uma ocupação densa mas incompleta; esgarçamentos do tecido urbano por loteamentos de chácaras e pequenos sítios; implantação de áreas industriais e núcleos comerciais e de serviços em áreas urbanas periféricas; loteamentos para a classe alta, buscando manter níveis ótimos de conservação da natureza, entre outros. A análise urbana, assumindo o olhar ambiental, há que estar centrada na conservação das condições ecológicas adequadas às distintas comunidades, enfatizando suas relações com a diversidade social e biológica.

Isto posto, a questão central passa a ser: "cabe falar em biodiversidade a nível do espaço construído ou deve-se puramente ignorá-lo, considerando-o um espaço morto?" Se a resposta for negativa, questiona-se então a partir de qual nível de ocupação o meio ambiente humano contemporâneo - o espaço urbanizado - deve ser considerado "morto"? Por outro lado, se a resposta for afirmativa, que tipo específico de biodiversidade deverá ser levado em conta? Há distinções entre diversidades sociais e biológicas em interação segundo dominâncias e adequações diversas? Nas interpenetrações dos espaços naturais-transformados e espaços sociais, há padrões vários possíveis de combinação de diversidade social e biológica? Volta-se então às questões levantadas no item anterior.

O que parece certo é que não podemos mais trabalhar com as velhas dicotomias reificadas pelo modernismo hegemônico dos tempos recém-passados. Ao contrário, se a questão ambiental recoloca a questão central da relação cidade-campo, mediações, articulações, fusões, e integrações são partes constituintes do novo que pede para nascer a partir das fragmentações, extensões e segmentações que conseguimos hoje identificar. Novas formas de integração entre centros urbanos-metropolitanos e *hinterland* rural-região parecem desejáveis e mesmo inevitáveis, se nosso objetivo é buscar o aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social. À urbanização extensiva é necessário corresponder uma *naturalização extensiva*, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida cotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal.

Uma economia de crescente exclusão, com seus comandos de poder centrados nos grandes centros metropolitanos e extraindo excedentes de um espaço subordinado submetido à lógica da produção industrial, pode se voltar contra o feiticeiro, resultando em um cenário virtual antiutópico como aquele pintado por Ridley Scott no filme *Blade Runner* (versão comercial inicial). Ali, o poder abandona a cidade, a metrópole, a área urbana, para

se situar no refúgio da natureza, ou mesmo, para além da natureza terrestre, fora do planeta Terra. Apenas os despossuídos permanecem na Los Angeles hiper-degradada de 100 milhões de habitantes...

Esse quadro virtual assustador, agravado entre nós por uma situação de exclusão histórica tão assustadora quanto essa própria virtualidade, acentua talvez o ponto positivo da crise, qual seja, nossa oportunidade diante do risco, fortalecendo as possibilidades - maiores talvez até que de vários outros países e povos - de recriar as relações cidade-campo, espaço construído-espaço natural. A urbanização extensiva que vimos observando, se por um lado constitui uma ameaça concreta que poderia levar à perda do pouco de cidadania que conseguimos construir - é a linha que Bookchin (1987) desenvolve, associando a crescente urbanização ao declínio da cidadania -, de outro abre potencialidades de novos arranjos territoriais - ambientais e sociais - que resgatem outras mediações e articulações possíveis que a expansão da modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista tem destruído. Nesse sentido, a integração metrópole-tecido urbano estendido, a re-invenção das relações urbano-rurais e as novas combinações espaço construído-espaço natural aparecem como de importância central.

Finalmente, parece claro que a metropolização brasileira não pode mais ser pensada em si mesma, mas deve ser pensada sim em suas contrapartidas de periferias próximas e distantes. A importância da questão ambiental metropolitana no centro da dinâmica urbano-industrial contemporânea e da questão ambiental em seu sentido global recolocam necessariamente a discussão para além das cidades, atingindo o conjunto dos espaços urbanizados - inclusive protourbanos - e trazendo assim a necessidade de se repensar também a questão rural. Os espaços monolíticos e hegemônicos construídos pelo industrialismo fordista têm que se abrir para a pluralidade e diversidade que podem ser propiciadas pelo resgate das mediações e articulações dos muitos subespaços que resistiram à modernização frustrada e incompleta. Talvez por aí passem as possibilidades de reinvenções dos ambientes sóciopolíticos contemporâneos, tendo por suposto a (re)criação das muitas formas espaciais que tem assumido a urbanização extensiva.

É no bojo dessa expansão do tecido urbano-industrial que vêm sendo forjadas outras formas de cidadania, aquelas que surgem dos novos papéis que a sociedade civil vem chamando a si diante de um falido Estado do Bem-Estar. Essas cidadanias - que incluem desde garimpeiros, seringueiros e povos indígenas até associações profissionais e de moradores metropolitanos - parecem estar se construindo sobre os escombros da cidade industrial - a sede do poder do Estado Moderno. Seu fortalecimento e expansão no espaço nacional são fruto da extensão da *pólis* sobre a *hinterland* rural e sobre as regiões, aqui tomadas como espaços virtuais possíveis de modernidades diferenciadas e múltiplas sócio-bio-diversidades. Nesse contexto, uma das tarefas que se apresenta é explorar as possibilidades de criação e fortalecimento de uma ampla economia popular *urbana*, nos moldes propostos por Coraggio (1991), como uma necessária contrapartida de resistência a uma economia mundial centrada na exclusão de espaços e populações, e, conseqüentemente, destruidora do ambiente natural e social por ela excluído. Apenas com

outras (novas e velhas) bases econômicas, voltadas para a garantia da reprodução coletiva, as cidadanias que parecem querer nascer, incorporando a consciência ambiental e ecológica, poderão crescer e frutificar, contribuindo para novos arranjos sócio-espaciais e ambientais nos centros e periferias diversos.

Bibliografia

- BOOKCHIN, M. (1987). *The rise of urbanization and the decline of citizenship*. San Francisco: Sierra Club Books. 1987.
- CARRIÓN, F. *Ecología urbana en Quito durante la década de los setenta*. In IBARRA, V. et al. *La ciudad)' el medio ambiente en América Latina*. Mexico: El Colegio de México. 1986.
- CORAGGIO, J. L. *Ciudades sin rumbo: Investigación urbana)' pro)'ecto popular*. Quito: Ciudad-SIAP. 1991.
- DAVIS, M. *Cil)'ofQuartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London: Verso. 1990.
- IBARRA, V. et. al. *Lo ciudad)' el medio ambiente. Demografía)' economía*. XVIII (1): 110-43. México. 1984.
- LEFEBVRE, H. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. London: Allison & Busby. 1976.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. 1974.
- _____. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza. 1972.
- LIPIETZ, A. *Mirages and miracles: the crises of global fordism*. London: Verso. 1987.
- MANDEL, E. *Late Capitalismo* London: Verso. 1987.
- MONTE-MÓR, R. *Extended urbanization in the industrializing peripher)'': notes on Brazil*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos/AAG. Baltimore, Maryland, EUA. 1989.
- _____. *Urbanización, colonización)' la producción dei espacio regional en la Región Amazónica de Brasil*. Trabalho apresentado no XVI Congreso Interamericano de Planificación. Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP). San Juan, Puerto Rico. 1988.
- OLIVEIRA, F. *Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes*. In: MOISÉS, J. A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1978.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Porto: Herder.
- ROBERTS, B. (1978).1967. *Cities ofpeasants - the political economy of urbanization in tlíe third world*. London: Edward Arnold. 1978.

- SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: NobelIUPERJ. 1990.
- SCOTT, A. (1988). *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press. 1988.
- SOJA, E. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso. 1989.
- SOJA, E. et al. (1985). *Los Angeles: through the kaleidoscope of urban restructuring*. Los Angeles: UCLAIGSAUP. 1985.
- WALLERSTEIN, I. Semi-peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. *Theor)'and Societ)*, 3(4): 461-484. 1976.
- _____. Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world-economy. *African Studies Review*, 17(1): 1-26. 1974.